

ANTÓNIO BARRETO

A propósito das políticas de imigração

Breve nota introdutória

A imigração de estrangeiros para Portugal atingiu recentemente valores inéditos na história. Mais de 1,5 milhões de imigrantes residem actualmente no nosso país. Isto significa perto de 15% da população. A maior parte destes imigrantes chegou nos últimos quinze anos, em movimento demográfico nunca antes visto.

Poucos anos antes, mas já no século XXI, contaram-se mais de um milhão de emigrantes portugueses que partiram para o estrangeiro, sobretudo par a Europa. Esta simultaneidade, sobretudo com valores como estes, nunca tinha acontecido na era moderna. E é fenómeno raro nas sociedades europeias e ocidentais.

Há cinco décadas, cerca de 600.000 portugueses repatriados, expatriados ou retornados vieram viver para Portugal, ao longo de dois anos, vindos de África, em outro movimento demográfico de grande amplitude e sem igual no passado.

Há seis décadas, mais de um milhão e meio de portugueses emigraram para o estrangeiro, sobretudo a Europa, mas também Américas e África.

Movimentos populacionais com esta amplitude, em tempos de paz, numa população total de nove a onze milhões de pessoas, são raros, talvez inéditos no mundo contemporâneo.

Mesmo sem qualquer referência à evolução social, política, económica e cultural, bastam aqueles dados para compreender que a população portuguesa mudou muito em muito pouco tempo.

Estes movimentos de população tiveram relações profundas de causa ou efeito, em todo o caso de contexto, com a evolução social, económica e política. A organização das famílias, o envelhecimento demográfico, a distribuição territorial da população, as formas de trabalho e actividade e o nível geral de salários e rendimentos, entre muitos outros fenómenos, foram influenciados pelas migrações ou delas foram causa.

A imigração de estrangeiros é o mais recente destes fenómenos. A sua presença na sociedade é evidente e flagrante. As consequências desta nova realidade no trabalho, nos rendimentos, na habitação, na saúde, na educação e na segurança social, apesar de visíveis, são mal estudadas. A imigração aconteceu, sem previsão, mas sobretudo sem estudo nem acompanhamento. O que quer dizer sem escolhas e decisões da população e das autoridades. Noutras palavras, sem políticas de imigração. Ora, as causas e as consequências, tal como as necessidades da imigração são tão profundas que exigem a definição de políticas e de escolhas por parte das populações.

Academia das Ciências de Lisboa, 19 de novembro de 2026